

## Música e músicos nos Maços de População da Capitania e da Província de São Paulo (1765-1850)

MODALIDADE: COMUNICAÇÃO

SUBÁREA: (Re)construção de passados musicais no Brasil antes de 1889

*Daniel Issa Gonçalves*  
UNESP  
issadani@hotmail.com

*Paulo Augusto Castagna*  
UNESP  
paulo.castagna@unesp.br

**Resumo.** O Arquivo Público do Estado de São Paulo conserva em seu acervo os “Maços de População”, coleção manuscrita de recenseamentos das várias freguesias da então Capitania de São Paulo, iniciados em 1765 e chegando, em alguns casos, até o Segundo Império em 1850. É considerado o mais completo recenseamento populacional e econômico de São Paulo, fornecendo informações detalhadas sobre seus habitantes – inclusive sobre a atividade musical dos mesmos, quando esta representa uma atividade profissional rentável. A importância desse vultoso *corpus* documental como fonte primária para a vida musical paulista não é desconhecida. Musicólogos e historiadores da música utilizaram e utilizam frequentemente os “Maços de População” como fontes de informação para seus trabalhos. No entanto, nunca se fez uma análise sistemática de todos os “Maços” para se extrair deles a totalidade dos dados referentes à música, como agora nos propomos a fazer. Nosso objetivo é o de proceder à leitura e análise de todo esse *corpus* documental em busca dos elementos relativos à música, seus autores e atores para, em seguida, passar à transcrição, organização e análise dos mesmos. Os resultados da pesquisa permitirão gerar, após seu término, uma publicação de referência com índices e listas de músicos classificados por localidade e época, oferecendo, pela primeira vez, um panorama dos músicos ativos em São Paulo do período de 1765 a 1850 – e permitindo também a redescoberta de uma série de profissionais da música do passado para quem o registro nos “Maços de População” representa, atualmente, a única prova material de sua existência.

**Palavras-chave.** Musicologia histórica, Músicos paulistas, História da música, Música brasileira, História de São Paulo.

**Music and musicians in the “Maços de População” of the Captaincy and the Province of São Paulo (1765-1850)**

**Abstract.** The Public Archive of the State of São Paulo keeps in its power the “Maços de População”, a handwritten collection of censuses of the various parishes of the then Captaincy of São Paulo, starting in 1765 and reaching, in some cases, the Second Empire in 1850. It is considered the most complete population and economic census in São Paulo, providing detailed information about its inhabitants – including their musical activity, when this represents a profitable professional activity. The importance of this large body of documents as a primary source for São Paulo’s musical life is not unknown. Musicologists and Music Historians have used (and still use) the “Maços de População”

as sources of information for their work. However, a systematic analysis of all this *corpus* in order to extract from them all the data referring to music, as we now propose to do, was never made. Our goal is to proceed with the reading and analysis of this entire documentary *corpus* in search of elements related to music, and its authors. Then move on to their transcription, organization and analysis. The research results will make possible to generate, after its completion, a reference publication with indexes and lists of musicians classified by location and period, offering, for the first time, an overview of the musical activity in São Paulo for the period of 1765 to 1850 – and also allowing to rediscover many professional musicians of the past for whom the record in the “Maços de População” represents, nowadays, the only material proof of their existence.

**Keywords.** Historical musicology, Musicians from São Paulo, Music history, Brazilian music, History of São Paulo.

## Introdução e problemática

A disponibilidade de documentação primária é essencial para as disciplinas historiográficas, dentre as quais a Musicologia Histórica. Não é de se estranhar, pois, que essa disciplina tenha aparecido (e florescido) na Europa devido ao vasto espólio documental musical existente nos diversos países do continente. No Brasil, entretanto, poucas são as fontes musicográficas produzidas em seu território e anteriores ao século XIX que chegaram até nossos dias. Isso restringe sobremaneira o campo de estudo da musicologia no país, se o condicionarmos à disponibilidade de fontes musicográficas.

Existem, no entanto, outros tipos de documentação histórica que oferecem, ainda que indiretamente, informações sobre a atividade musical no Brasil. No caso paulista, certas fontes primárias fornecem informação detalhada sobre a população e suas ocupações, terminando por revelar, inclusive, práticas musicais de alguns de seus habitantes. Entre elas se destacam os “Maços de População<sup>1</sup>”, documentação censitária manuscrita conservada no Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP), e objeto do presente estudo.

Os censos tiveram início em 1765 na então Capitania de São Paulo, quando esta teve restaurada sua autonomia com governo próprio. Anteriormente, nas primeiras décadas do século XVIII, o território da Capitania (que já foi chamada de São Vicente) chegou a ocupar, grosso modo, quase a totalidade das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do atual território brasileiro e, a partir da Guerra dos Emboabas, a Capitania foi perdendo os territórios hoje ocupados pelos estados de Minas Gerais, Goiás, Tocantins, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Em 1765, portanto, a Capitania de São Paulo correspondia praticamente aos territórios

---

<sup>1</sup> Documentação listada à página 17 do volume organizado por Paula Porta Santos Fernandes (1998), sobre arquivos e fontes documentais paulistanas.

dos atuais Estados de São Paulo, Paraná, e partes de Santa Catarina, esta última definitivamente desmembrada em 1820. Em 1821 foi criada a Província de São Paulo, já no então Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, pouco antes da independência em 1822. A partir daí, o território restante, equivalente aos atuais estados de São Paulo e Paraná, constituiu a Província de São Paulo do recém-criado Império do Brasil. O Paraná se desmembrou em 1853, com a criação da província do mesmo nome. Datam, portanto, desta época, os limites do Estado de São Paulo tal como hoje se apresentam. É sobre esse território em mutação que se referem os dados dos “Maços de População”.

A importância dos “Maços” como fonte para história da vida musical paulista não é desconhecida. Musicólogos como Régis Duprat (1970, 1984, 1985), Paulo Castagna (1996), Diósnio Machado Neto (2001), e Rogério Budasz (2019) os utilizaram como fontes de informação para várias de suas publicações. No entanto, nunca se realizaram o exame e a análise sistemática de todos os “Maços” para a obtenção de dados referentes à música, como agora nos propomos a fazer. Isso nos estimulou a conduzir uma exploração preliminar que confirmou o potencial informativo do *corpus* documental em questão.

Uma vez extraídos e organizados, os dados oferecerão, pela primeira vez, um panorama dos músicos ativos em São Paulo do período de 1765 a 1850 – permitindo também a redescoberta de uma série de profissionais da música do passado para quem o registro nos “Maços de População” representa, atualmente, a única prova material de sua existência. Dada a relativa escassez de fontes para o estudo da história da música em São Paulo e no Paraná, nosso estudo visa colaborar para suprir essa carência, aliada ao fato de que os censos constituem-se numa das raras fontes primárias que ainda não foram exploradas em sua totalidade no que diz respeito aos assuntos musicais.

## **Os “Maços de População”: características da fonte e estratégias de pesquisa**

Os “Maços de População” representam documentação manuscrita volumosa, e são um caso de *única* – pois não consta a existência de cópias da coleção. Estima-se que sejam cerca de 2.000 “Maços” que abrangem, na maioria dos casos, o período de 1765 a 1850, chegando até 1872 em algumas localidades – que totalizam 55 de acordo com a listagem online na página do Arquivo Público do Estado de São Paulo<sup>2</sup>. O Arquivo forneceu-nos também uma outra listagem mais detalhada dos “Maços”, correspondente aos microfilmes, na qual, porém,

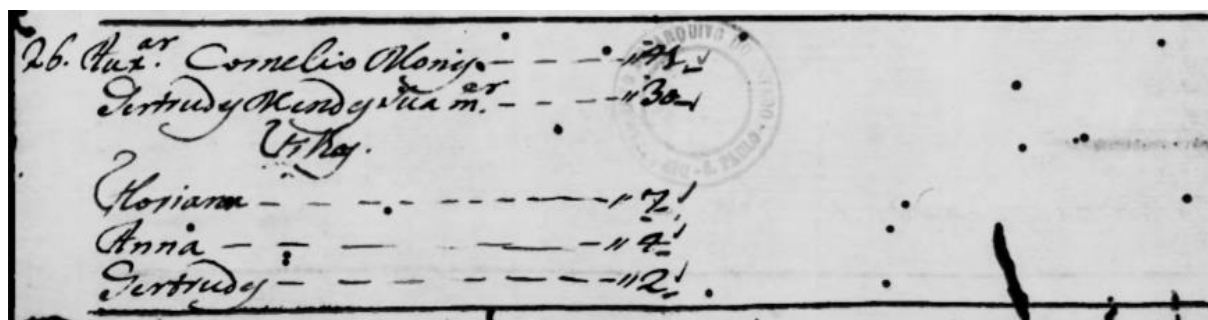
<sup>2</sup> Disponível em: [www.arquivoestado.sp.gov.br/viver/recenseando\\_detalhada.php](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/viver/recenseando_detalhada.php). Acesso em 19/06/2022.

se encontram listadas 61 localidades. A diferença entre uma lista e outra no que diz respeito à quantidade de localidades se deve, possivelmente, ao fato de que algumas se desmembraram com o tempo ao se tornarem independentes de freguesias mais antigas; dependendo do critério dos elaboradores das listagens, certa localidade pode ainda estar contabilizada dentro dos “Maços” da freguesia de onde se originou, ou então separadamente, já como freguesia independente.

Combinando ambas as listas, as localidades paulistas presentes nos “Maços” são: Apiaí, Araraquara, Araras, Areias, Atibaia, Bananal, Batatais, Bragança, Brotas, Campinas (“São Carlos”), Cananea, Capivari, Casa Branca, Cotia, Cunha, Franca, Guaratinguetá, Guarulhos, Iguape, Itanhaém, Itapetininga, Itapeva (“Faxina”), Itú, Jacareí, Jundiá, Juqueri, Limeira, Lorena, Mogi das Cruzes, Mogi Guaçu, Mogi Mirim, Nazaré (antes em Atibaia), Paraibuna, Pindamonhangaba, Piracicaba, Pirassununga, Porto Feliz (“Araritaguaba”), Queluz, Rio Claro, Santa Isabel, [Santana de] Parnaíba, Santo Amaro, Santos, São Bernardo, São José [dos Campos], São Luís do Paraitinga, São Paulo, São Roque, São Sebastião, São Vicente, Silveiras, Sorocaba, Taubaté, Ubatuba, Vila Bela e Xiririca. As paranaenses são: Antonina, Castro, Curitiba, Guaratuba, Lapa (“Vila Nova do Príncipe”), Morretes e Paranaguá. E de Santa Catarina: Lajes.

Como os “Maços” abrangem um período de quase um século, seu formato também foi se alterando com o passar dos anos. Identificamos quatro formatos básicos principais dos “Maços”. Os mais antigos (de 1765 até fins do século XVIII) registram apenas os núcleos familiares com os nomes de cada membro e suas idades respectivas (Figura 1). Em regra, não consta, nesse formato, o tipo de atividade profissional dos habitantes. Os escravizados, quando arrolados, constam apenas em número (“5 escravos”, por exemplo). No entanto, frequentemente figura o registro do estado de saúde ou condição física limitante dos recenseados – “doentio”, “mudo”, “surdo”, “com papo” (bócio?), “lazarento”, “doido”, “aleijado de um braço”, “com erisipela”, etc. Também aparece, quando é o caso, se o chefe da família é bastardo ou forro. Esse formato parece estar direcionado ao alistamento militar dos habitantes, ao priorizar a identificação de indivíduos aptos a servir o exército. Raros são os casos onde se registra a profissão dos recenseados – e os músicos só aparecem muito excepcionalmente, em geral na condição de mestres de capela.

Figura 1 – Registro do “Maço” de Itanhaém, 1776.



Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo.

A partir do final do século XVIII até os primeiros anos da década de 1830, um novo formato passa a ser adotado. Nele, além dos nomes e idades, figuram também o estado civil e as “cores” dos habitantes (“B” para “branco”, “P” para “pardo”, “N” para “negro”, sendo que alguns adotam também “M” para “mulato”). Nesse formato, os nomes dos escravizados também são listados, seguidos de suas “nações” (“Angola”, “Monjolo”, “Cabunda”, “Mina”. “Muumbi”, “Cassange”, “Guiné”, “Congo”, etc.). A principal razão para a mudança de formato deve-se à introdução de uma coluna detalhando o modo de subsistência da família. Se se dedicam à agricultura, por exemplo, seguem detalhes sobre a produção (os gêneros cultivados, a quantidade produzida, o quanto foi vendido e o quanto consumido em casa), o mesmo não ocorrendo caso o chefe exerça um ofício, como carpinteiro ou sapateiro. No entanto, é nesse formato que começam a surgir os músicos – como João Carvalho da Costa, solteiro, pardo, morador de Cunha que, em 1803, “vive da arte da música” (Figura 2) junto ao escravizado Antonio, da nação “cabunda”. O formato parece ter sido criado para identificar a renda dos moradores para se proceder à cobrança de impostos.

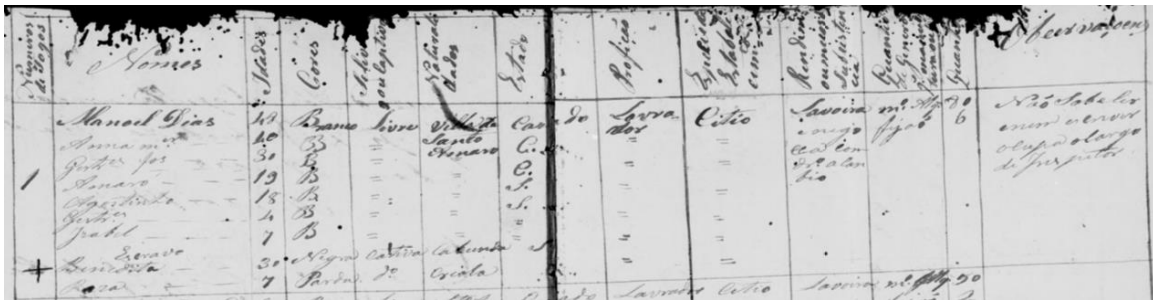
Figura 2 – Registro do “Maço” de Cunha, 1803.

359	João Carvalho da Costa n.º solteiro	16	S	P	Vive da Arte da Música
	Esclavo Antonio Cabunda	10	S	N	

Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo.

O terceiro formato surge entre os anos de 1835 e 1836, onde uma tabela mais complexa detalha ainda mais as atividades econômicas dos habitantes. Como principal elemento novo, surgem colunas extras para a identificação dos cidadãos alfabetizados e, portanto, aptos a servir cargos públicos (Figura 3).

**Figura 3 – Registro do “Maço” de Santo Amaro, 1835.**



Nome	Idade	Profissão	Letra	Outros
Manoel Dias	40	Barão	Letra	
Antônio José	30	Barão	Letra	
Francisco	19	Barão	Letra	
Antônio	14	Barão	Letra	
João	7	Barão	Letra	
Antônio	30	Barão	Letra	
Francisco	7	Barão	Letra	

Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo.

O último formato, que aparece a partir de 1842, consiste basicamente numa lista de nomes e idades dos habitantes, sem discriminar as famílias – e, muitas vezes, tão somente o nome do chefe. Essas listagens têm como principal objetivo a identificação de eleitores (Figura 4).

**Figura 4 – Registro do “Maço” de Iguape, 1842.**

*Cópia da Lista dos cidadãos activos que podem votar nas eleições primarias a 11 de 7 de fevereiro e dos que podem ser votados nas secundarias em 29 de dito mes nesta Parochia da freguesia de Iguape.*

1º Quartel	31 Manoel José das
2º Antonio José	32 João de Castro
3º Bernardo Antonio	33 Francisco de Paula
4º João Francisco	34 Francisco de Paula
5º Francisco	35 João de Paula
6º Francisco	36 João de Paula
7º João	37 João Francisco
8º João	38 João Francisco

Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Tendo em vista a presença de dados significativos nos “Maços”, no que diz respeito às informações sobre os músicos e suas atividades, nosso objetivo é o de proceder à leitura e análise de todo esse *corpus* documental em busca dos elementos relativos à música, seus autores e atores para, em seguida, passar à transcrição, organização e análise dos mesmos, com o intuito de gerar uma publicação de referência que facilitará o acesso a esses dados, disponibilizando-os para futuros pesquisadores. Além disso, o projeto pretende relacionar os resultados obtidos com os trabalhos já realizados sobre a atividade musical em São Paulo no período em questão, bem como localizar possíveis composições, cópias e propriedades de fontes musicográficas manuscritas em acervos históricos brasileiros, visando ampliar o conhecimento sobre assunto a partir da consideração dos dados recuperados no presente projeto.

Para a organização dos dados encontrados e o estudo dos mesmos, nos orientaremos por trabalhos recentes que se tornaram referências de metodologia no campo da musicologia histórica, como os de Aldo Luiz Leoni (2007), que repertoriou musicistas ativos na Vila Rica do século XVIII, Rodrigo Pardini Corrêa (2020), que estudou a atividade musical em São João del-Rei durante o reinado de D. João V, e Claudia Aparecida Polastre (2008), que trabalhou sobre música e músicos da Capitania de São Paulo, num recorte temporal semelhante ao nosso (mas sem abordar os “Maços de População”, objeto da presente pesquisa).

## **Exemplos de resultados**

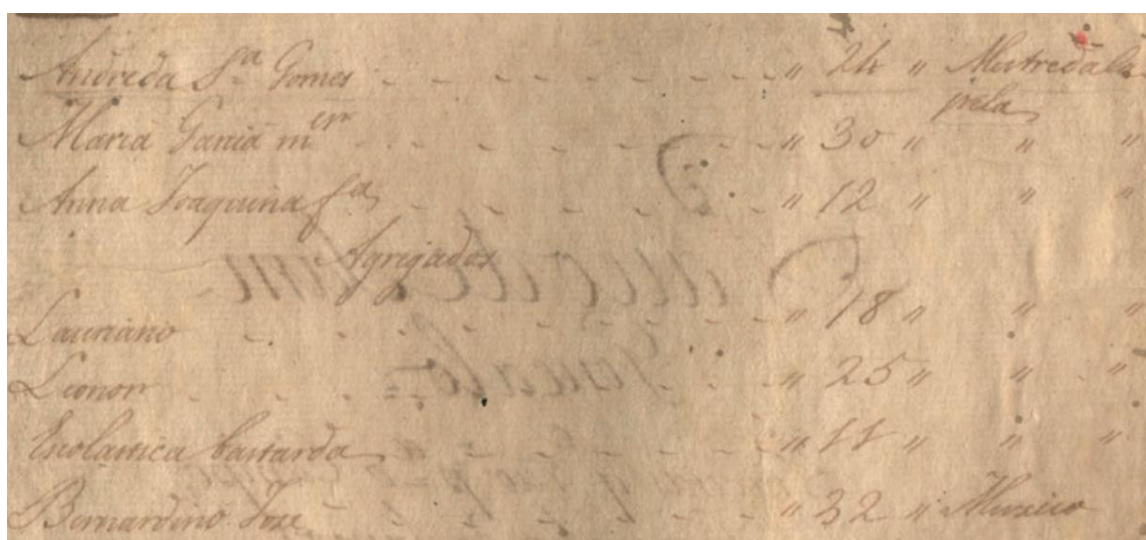
A documentação investigada permitiu verificar detalhes sobre os moradores, tais como nomes, patentes militares (quando há), núcleo familiar e agregados, idades, estado civil, “raça”, a identificação de bastardos, forros ou escravizados e, em muitos casos, também a profissão, ocupação remunerada ou forma de subsistência – quesito no qual aparecem informações sobre a atividade musical profissional dos cidadãos. Por exemplo, o assento de “Thimoteo Fernandes dos Reis”, morador do aldeamento de São Miguel da freguesia de São Paulo, em 1814 (Figura 5). Nesse registro lê-se que Thimoteo é natural mesmo de São Miguel, tem 38 anos e é casado com Maria Gertrudes de 30 anos, com quem vive com os filhos José (14 anos), Miguel (8 anos), Miquelina (7 anos), Maria (4 anos), Mariano (2 anos) e Luciana (6 meses), e todos são “pardos” (possivelmente indígenas, por serem oriundos do





Nos “Maços” encontram-se figuras conhecidas da música paulista, como o mestre de capela André da Silva Gomes (1752-1844), mas apresentam detalhes que talvez não estejam disponíveis em nenhuma outra fonte primária, como o fato de abrigar o também músico Bernardino José, listado como agregado à sua casa (fato também notado por DUPRAT, 1985, p. 169) e sugerindo que, como frequentemente ocorria na Europa, os alunos coabitavam com seus mestres, como parte do aprendizado (Figura 7).

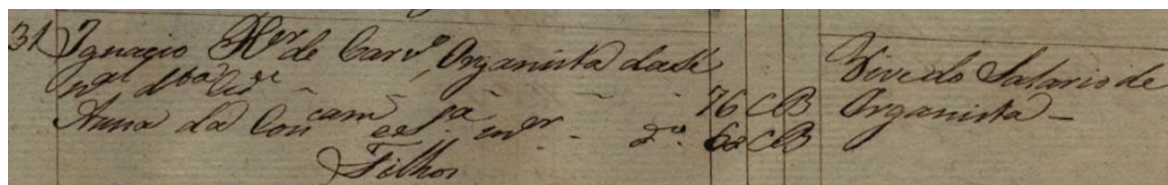
**Figura 7 – Registro do “Maço” de São Paulo, 1776.**



Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Instrumentistas com cargo oficial, como o organista da Sé de São Paulo Ignacio Xavier de Carvalho, também estão listados (Figura 8). Apesar de não ser tão familiar quanto o mestre de capela André da Silva Gomes, Ignacio Xavier de Carvalho não é um desconhecido dos historiadores da música, sendo mencionado, por exemplo, em obras de Régis Duprat ([1975], 1977) e Marcos Holler (2006, v. 2, p. 576). Mas talvez a informação de que ele teve um filho músico, Joaquim José (listado aos 19 anos na casa do pai, no “Maço” referente à freguesia de São Paulo de 1794), poderia passar despercebida se não fossem os dados contidos nos censos (Figura 9). Isso revela que essa documentação possui também o potencial de identificar famílias de músicos, uma vez que os ofícios, em muitos casos, passavam de pai para filho.

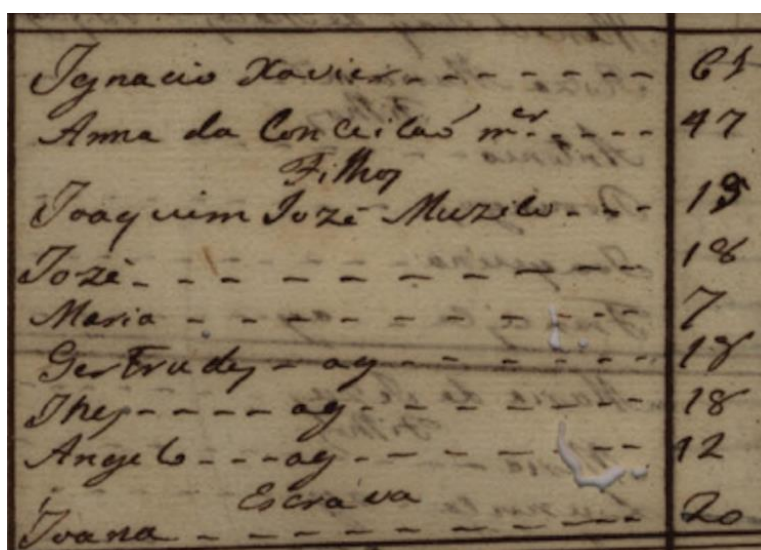
**Figura 8 – Registro do “Maço” de São Paulo, 1776.**



31	Jacques de Carré Organista da casa	76 CB	Vinte e Sete Salários de Organista -
	Anna da Lourença com 5 filhos	20 CB	

Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo.

**Figura 9 – Registro do “Maço” de São Paulo, 1794.**

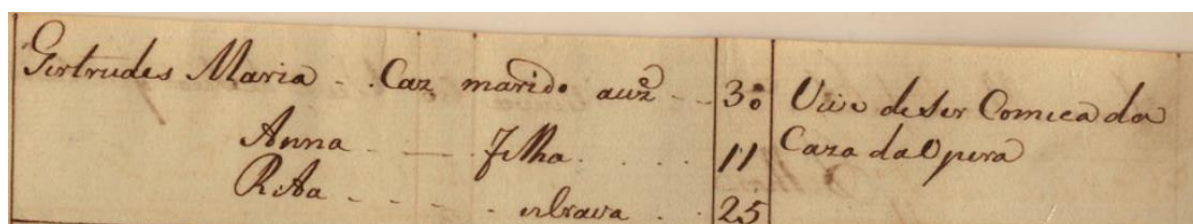


Jacques Xavier	61
Anna da Conceição m. Filha	47
Joaquim José Muzila	19
Jose	16
Maria	7
Gertrudes - ag.	18
Thy - ag.	18
Angel - ag.	12
Jovana - Escrava	20

Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Os “Maços” também arrolam possíveis cantores líricos, como Gertrudes Maria, que “vive de ser cômica da casa da ópera” (mencionada também por BUDASZ, 2019, p. 255) (Figura 10).

**Figura 10 – Registro do “Maço” de São Paulo, 1798.**

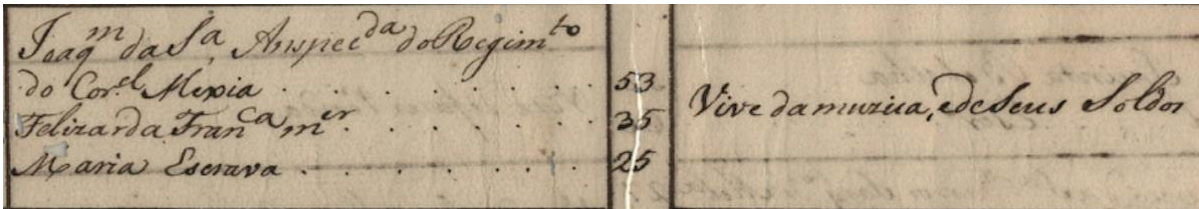


Gertrudes Maria - Com marido auô	30	Vive de ser Comediã da Casa da Ópera
Anna - Filha	11	
Rita - - - - - escrava	25	

Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Músicos militares, possíveis membros de bandas, também aparecem nos censos, como Joaquim da Silva que “vive da música e de seus soldados” (Figura 11).

**Figura 11 – Registro do “Maço” de São Paulo, 1798.**




João da Silva, Anunciado do Regimento do Cor. Mexia	53	Vive da musica, de seus Soldos
Felizarda Franca, m. r.	25	
Maria Escura	25	

Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Não somente músicos práticos podem ser localizados, mas também profissionais de luteria, como Lourenço Barbosa, “branco”, mineiro, casado, que em 1800 era morador de Campinas e “vive de fazer violas para vender” (Figura 12).

**Figura 12 – Registro do “Maço” de Campinas, 1800.**



52 Lourenço Barbosa, m. de J. G. de S. J. - - - 23	C. B.	Vive de fazer violas para vender
Angela Rebel, m. de J. G. de S. J. - - - 38	C. B.	Apresenta-se como m. r.
José - m. r. - - - 11	B.	

Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Lourenço Barbosa e Joaquim da Silva são nomes desconhecidos da atual historiografia musical. Portanto, além de fornecer um quadro geral da atividade musical paulista do período estudado, nossa pesquisa poderá tirar do anonimato diversos músicos e, eventualmente, relacioná-los a outros documentos e fontes musicográficas manuscritas remanescentes em acervos históricos brasileiros.

## Panorama dos resultados parciais

Os “Maços de População” são, antes de tudo, uma documentação gerada com objetivos específicos de administração do território.

À medida que a pesquisa avança, vamos aprendendo sobre como a fonte se comporta. Como vimos, no período colonial os registros parecem ter sido concebidos primordialmente para se conhecer e quantificar a população, detectar os homens aptos a servir ao exército, assim como a renda dos moradores para a cobrança de impostos. No império, se acrescentará a necessidade de identificar os cidadãos alfabetizados e com potencial para ocupar os cargos públicos, e, mais tarde, os que qualificam como eleitores.

Os censos revelam uma sociedade militarizada, organizada segundo a hierarquia das patentes: quanto mais alta, maior a riqueza, maiores as fazendas, e o número de escravizados (o mesmo para alguns membros do alto clero). Militares e religiosos eram possivelmente os únicos com um “ordenado” fixo mensal, o que os permitia investir em terras e escravos. O restante da população vivia basicamente de lavouras de subsistência e, em menor número, de ofícios como carpinteiros, sapateiros, ferreiros (e músicos).

Apesar da intenção dos escreventes de sistematizar a forma e os termos usados, por exemplo, para descrever a profissão ou fonte de renda dos habitantes, esses terminam por variar de acordo com os critérios do recenseador da vez – diferindo tanto de freguesia para freguesia quanto de ano para ano. Sendo assim, os dados dos censos resultam bastante heterogêneos - e interpretá-los requer levar em conta o contexto (e a linguagem) do “Maço” específico de onde foram extraídos. Como nota Bacellar:

É facilmente perceptível a autoria distinta dos vários escrivães: mudavam o papel, a tinta, a caligrafia e a qualidade das informações coletadas. Não sabemos ao certo se os desníveis de qualidade originavam-se de entendimento torto das instruções recebidas, ou da má vontade, ou mesmo de ambos, conjugados. (BACELLAR, 2008, p. 118)

A própria identificação dos músicos fica de certa forma afetada por esse desnível de qualidade. Muitos dos músicos que aparecem recorrentemente em determinada freguesia podem passar a figurar em certos anos com profissões diferentes como lavradores, carpinteiros, jornaleiros (que ganham por jornada de trabalho) ou mesmo “pobres” – para reaparecerem como músicos alguns anos mais tarde. Como interpretar esse hiato? Interrupção da atividade musical? Ou mudança de critério do recenseador responsável pelos anos

referidos, que preferiu registrar outras atividades do artista que ele julgou economicamente mais relevantes?

De qualquer forma, mesmo levando em conta essas particularidades, já foi possível, a partir do material analisado até então, identificar uma série de músicos e fabricantes de instrumentos (violas principalmente, mas também rabecas) que, até o presente, não foram ainda mencionados na historiografia da música nacional.

A freguesia com maior atividade musical parece ser a capital, e raras são as freguesias em que não se encontram registros de músicos, como é o caso de Itapeva (ou “Faxina”); porém, muitas das localidades interioranas apresentam o registro de um único músico, que aparece ano após ano enquanto dura sua atividade na referida localidade – e que quase sempre é o mestre de capela da freguesia, ou seja, um músico “oficial”, com cargo remunerado. O fato de não existirem outros cargos “oficiais” na profissão explicaria a ausência do registro de outros músicos? Nesse caso, o número de musicistas presentes nos censos estaria certamente subdimensionado.

Com frequência encontram-se indivíduos com patente militar de “tambor” (“tambor-mór”, “tambor do regimento”, “tambor de milícias”, “tambor dos úteis”, “tambor auxiliar”, etc.) cuja função parece ser a de acompanhar os exercícios das tropas, cadenciando os movimentos dos soldados. Em regra, os “Maços” não os considera como “músicos”, atribuindo-lhes outras fontes de renda além do soldo. No entanto, existe a possibilidade de que esses “tambores” sejam indícios da existência de bandas militares. Encontram-se também, em menor número, “clarins”, “trombetas” e “pífaros”, que parecem entrar na mesma categoria – e dão força à hipótese da presença de bandas.

Em certas localidades do litoral que hoje se destacam pela riqueza de seu folclore musical, como Ilhabela e Itanhaém, não se encontram registros nem mesmo da existência de mestres de capela ou de outros músicos – apenas dos já citados tambores militares. Pode-se especular, a partir daí, se a ausência da música “oficial” possa ter permitido o florescimento da criatividade local.

Observamos também que em freguesias do vale do Paraíba e da fronteira norte da capitania (e da província) paulista, os músicos localizados são frequentemente oriundos de Minas Gerais – a maioria dos quais são declarados pardos ou negros. Isso leva à hipótese de que Minas fosse um importante centro de formação musical que exportasse seus formados para outras localidades da colônia.

É notável a ausência de mulheres (com exceção das já citadas “cômicas”) ou escravizados musicistas (existem, sim, músicos “libertos”) – ausência essa que não deve ser interpretada ao pé da letra, e sim como uma das limitações da fonte.

Curiosamente, a independência do Brasil pouco afetou o modelo dos “Maços”, que continuaram a ser produzidos no mesmo formato até pelo menos cerca de 1835, quando finalmente se verifica uma significativa mudança em sua configuração. Outra curiosidade é o registro inesperado da linguagem oral, sendo o mais frequente o “r” retroflexo característico da fala dita “caipira”, que aparece transcrito em vários momentos: “farta” (por “falta”), “argodão” (por “algodão”), “Amarar” (por “Amaral”), “arfaiate” (por “alfaiate”), “arcaide” (por “alcaide”), “agricurtor” (por “agricultor”), “pranta” (por “planta”), “naturar” (por “natural”), “Reginarda” (por “Reginalda”); outras variantes são “Zabé” (por “Isabel”), e “carapina” (tupi para “carpinteiro”).

## Referências

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Arrolando os habitantes do passado: as listas nominativas sob um olhar crítico. *Locus: revista de história*, Juiz de Fora, v. 14, n. 1, p. 113-132, 2008.

BUDASZ, Rogério. *Opera in the Tropics: Music and Theater in Early Modern Brazil*. Oxford: Oxford University Press, 2019. 476 p.

CASTAGNA, Paulo; TRINDADE, Jaelson. Música pré-barroca luso-brasileira: o Grupo de Mogi das Cruzes. *Revista da Sociedade Brasileira de Musicologia*, n. 2, p. 12-33, 1996.

CORRÊA Rodrigo Pardini. *Ao som de caixas, cravos, coros e rabecões: a atividade musical nos registros de são joão del-rei - MG (1713-1750)*. 440 p. Dissertação (Mestrado em Música). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

DUPRAT, Régis. Credo in Atibaia et Nazareth. *O Estado de S. Paulo*, Suplemento Literário, São Paulo, p. 4. 21 jun. 1970.

DUPRAT, Régis. Música na Matriz e Sé de São Paulo colonial. *Yearbook, Austin, University of Texas*, n. 11, p. 8-68, [1975], 1977.

DUPRAT, Régis. Guaratinguetá: achegas musicais ao período colonial. *Criação*, São Paulo, n. 2, p. 18-29, 1984.

DUPRAT, Régis. André da Silva Gomes (1752-1844). In DUPRAT, Régis (Org.). *Garimpo Musical*. São Paulo: Novas Metas, 1985, p. 161-176.

FERNANDES, Paula Porta S.; LOTITO, Marcia Padilha; WISSENBACH, Maria Cristina Cortez; OLIVEIRA, Malu de; MARINS, Paulo César Garcez; PUNTONI, Pedro; LINS, Sílvia Q. F. Barreto. *Guia dos documentos históricos na cidade de São Paulo, 1554-1954: documentação textual*. São Paulo: Hucitec, Neps, 1998. 794 p.

HOLLER, Marcos Tadeu. *Uma história de cantares de Sion Na terra dos Brasis: A música na atuação dos jesuítas na América Portuguesa (1549-1759)*. 3 v. Tese (Doutorado em Música), Instituto de Artes da Unicamp, Campinas, 2006.

LEONI, Aldo Luiz. *Os que vivem da arte da música: Vila Rica, século XVIII*. 192 p. Dissertação (Mestrado em Música). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

MACHADO NETO, Diósnio. *Música em Terra de Santos*. 590 p. Dissertação (Mestrado em Musicologia). Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

POLASTRE, Claudia Aparecida. *A música na Cidade de São Paulo, 1765-1822*. 255 p. Tese (Doutorado em Ciências). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.